



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão Permanente
de Economia
Deputado Dr. José de Sousa Rego
 Delegação da Assembleia Legislativa
 da Região Autónoma dos Açores
 Rua José Maria Raposo Amaral
 9500-078 Ponta Delgada

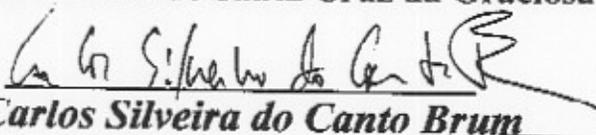
Sua referência	Sua comunicação	N/ Referência	Data
		Nº	2006.11.09

ASSUNTO: Pedido de Parecer Relativo à Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Regional Anual para o ano de 2007”

Conforme solicitado por V. Ex^a mediante ofício 6591 datado de 03.11.2006 sou, por este meio, a remeter parecer do Conselho de Ilha de Santa Cruz da Graciosa relativamente ao assunto supramencionado.

Com os melhores cumprimentos.

O Vice-Presidente do
Conselho de Ilha de Santa Cruz da Graciosa


Carlos Silveira do Canto Brum

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 3388	Proc. Nº 102
Data: 06/11/06	44/06

Largo Vasco da Gama n.º 4 9880-352 Santa Cruz da Graciosa Telef. 295730040 Fax. 295712124
 www.cm-graciosa.pt
gcral@cm-graciosa.pt / presidente@cm-graciosa.pt



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA
9880-352 SANTA CRUZ DA GRACIOSA - AÇORES

[Handwritten signatures and initials]

CONSELHO DE ILHA DA GRACIOSA

----- No dia vinte e seis do mês de Outubro do ano dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Ilha da Graciosa, em sessão ordinária, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, com a seguinte ordem de trabalhos: Primeiro Ponto - Parecer sobre a ante-proposta do Plano Regional Anual para 2007 do Governo da Região Autónoma dos Açores; Segundo Ponto - Atribuições conferidas pela alínea g) do nº 1 do artigo 18º do Decreto Legislativo Regional nº 21/99/A de 10 de Julho.-----

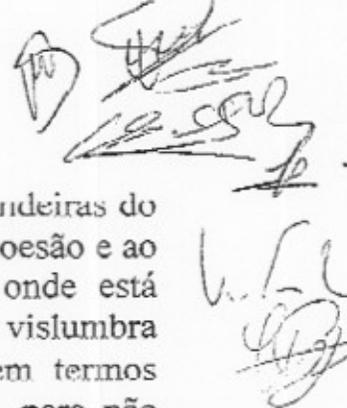
-----Verificado o quórum constatam-se as presenças de Luís Manuel de Lemos Reis, José Ramos de Aguiar, Carlos Silveira do Canto Brum, Victor Manuel de Melo Fonseca Mendes, Tomás Cunha Picanço, Manuel António da Silva Ataíde Silveira, Valdemiro Manuel Melo Santos e João Manuel Teixeira Bettencourt-----

----- Faltaram os senhores Luís Henrique Silva, Valdemiro Adolfo Santos Vasconcelos, Euclides Diamantino Ferreira Carquejo e João Manuel Mendonça-----

----- Os Deputados Regionais não estiveram presentes.-----

-----O Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente um ofício enviado pela Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores solicitando o parecer deste Conselho de Ilha, sobre a Ante-Proposta do Plano Regional Anual para 2007.-----

----- Ponto Um - Parecer sobre a ante-proposta do Plano Regional Anual para 2007 do Governo da Região Autónoma dos Açores: O Presidente da Câmara, José Ramos Aguiar, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção: Analisando o Plano Regional Anual / 2007, no que à Ilha Graciosa diz respeito, constata-se que o mesmo fica aquém das expectativas criadas pelo Governo Regional dos Açores no capítulo dos investimentos na nossa ilha defraudando assim os legítimos anseios dos



Graciosenses.

Por outro lado, é de todos sabido que uma das grandes bandeiras do Governo Regional foi a criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para algumas ilhas da Região onde está incluída a Ilha Graciosa. Contudo, e através deste plano não se vislumbra que essa discriminação positiva exista, desde logo porque em termos globais e percentuais tudo se tem mantido praticamente igual, para não dizer que tem piorado, ou seja, em 2003 tínhamos 3,25% do total do plano, em 2005 2,41%, em 2006 2,91% e para 2007 2,74%, assim não se pudera falar de coesão.

Por outro lado e concretizando a afirmação atrás proferi, de que este plano fica aquém das expectativas criadas pelo Governo, quero salientar que foi o Governo Regional, aquando da sua visita estatutária á nossa ilha, em comunicado de 04 de Julho p.p. assumiu os compromissos de:

- "Autorizar a abertura do concurso público para a realização da empreitada de infra-estruturas do loteamento da Fonte do Mato (II fase), no valor de € 100.000,00, destinado à construção de 19 moradias."

- "Apoiar o processo de transformação da Adega Cooperativa da Graciosa em Organização de Produtores com carácter polivalente, bem como a modernização dos seus processos de vinificação."

- "Desencadear os procedimentos necessário a uma intervenção de melhoria do Caminho Rural da "Canada do Sul" (Luz-Santa Cruz), através da realização de uma empreitada de obras públicas para execução do respectivo piso em betão betuminoso e construção da rede de drenagem."

- "Desencadear o processo de ordenamento e requalificação do "Parque Florestal da Caldeira", melhorando as suas infra-estruturas e dotando-o de um centro de divulgação florestal, sinalética e de um percurso pedonal no sentido de permitir um melhor usufruto das suas potencialidades paisagísticas, turísticas e ambientais."

- "Autorizar a abertura do concurso público para a adjudicação da empreitada de construção do entro de Apoio aos visitantes da Furna do Enxofre, com o preço base de €356.470,00, e com o prazo de execução de oito meses."

- "Instruir a Lotaçor, S.A. para desenvolver, na área do porto de pescas da Praia, os projectos de 32 casas de apresto, de uma nova lota e de um edificio de apoio ao funcionamento da Associação de Pescadores da Ilha Graciosa, de forma a ficarem devidamente enquadrados na zona envolvente."

Analisando o plano nem estes compromissos assumidos pelo Governo, e que são importantes para a Graciosa, encontram cobertura orçamental.

Pelos factos atrás descritos não podemos estar satisfeitos com esta proposta de plano e por isso esperamos que a mesma seja reforçada no que

à nossa ilha diz respeito, mais que não seja para dar cumprimento aquilo que o Governo oficialmente assumiu.

Por ultimo, estranhamos ainda que nesta proposta o objectivo 15, programa "Promoção do Investimento e da Coesão", projecto "Sistemas e Incentivos e apoio à Coesão" tenha diminuído se comparado com o ano de 2006, quer isto dizer que a continuar-se nesta linha, a ilha Graciosa ficará cada vez mais longe do bem-estar pretendido para os Graciosenses. Os membros do Conselho de Ilha concordaram com a intervenção do Presidente da Câmara e salientaram que uma das principais prioridades de intervenção na Ilha Graciosa são os transportes, quer marítimos de carga e passageiros, que pela pouca assiduidade não servem a Ilha, quer nas ligações aéreas que deviam escalar a Graciosa todos os dias da semana, durante todo o ano. Ainda no que concerne aos transportes marítimos, e tendo em conta que se prevê a construção de novas embarcações, pelo Governo Regional, para ligações inter-ilhas seria de acautelar a possibilidade destas embarcações poderem navegar durante todo o ano e que as mesmas tivessem a possibilidade de transportar carga no sistema de "roll on roll off".-----

----- Ponto Dois - Atribuições conferidas pela alinea g) do nº 1 do artigo 18º do Decreto Legislativo Regional nº 21/99/A de 10 de Julho: Victor Mendes pediu a palavra para propor que o regulamento municipal que obriga a utilização de certos materiais de construção seja revisto, uma vez que já existem novas soluções de construção que não estão contempladas no referido regulamento, tendo o Presidente da Câmara referido que esta situação será analisada e se possível revista.-----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão do Conselho de Ilha da Graciosa e elaborada a presente acta que, depois de lida em voz alta e aprovada, irá ser assinada por todos os presentes. -----

Victor Mendes
António Silva
Valter...
...
...
...